



Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Clube de Saúde Administradora, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Apresentação

Com mais de 8 anos de atuação no mercado, a Clube de Saúde é uma administradora de benefícios especializada em planos de saúde regionalizados com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 41929-0. Atualmente ela administra uma carteira de mais de 4 operadoras de planos de saúde do país e possui mais de 172 mil beneficiários.

Um dos grandes diferenciais da Clube de Saúde é oferecer cobertura e qualidade de atendimento e preços acessíveis.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Contudo, em 31 de dezembro de 2021 a empresa utilizou reserva de lucro para absorver prejuízo apurado no período no valor de R\$1.594.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos um ano de muitos desafios para a Clube de Saúde sobretudo com o segundo ano de pandemia (2021) no Brasil, que foi marcado por uma acentuada segunda onda de contaminações e pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2, onde à medida que a pandemia de Covid-19 evolui os governos estão implementando medidas adicionais para enfrentar os problemas de saúde pública resultantes e o impacto econômico.

Sendo assim a Clube de Saúde decidiu manter toda sua Operação em home office primando pela segurança de seus colaboradores. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes, evitando que percebessem, por imposição da nova dinâmica de trabalho, qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde.

Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 98,81% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Desta forma, os controladores da Empresa estão compostos como seguem:



Acionistas

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (*)

Antônio Carlos Braga dos Santos

464.125

Total

31/12/2021
(Quotas)

484.125

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A Empresa, em linha com a expectativa de uma melhora no cenário macroeconômico, segue focada na retenção de seus clientes, direcionando esforços para ser uma empresa reconhecida por garantir serviços de qualidade, acolhimento e sustentabilidade na saúde privada.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Não houve.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2021, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 435 de 2018, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000 ev.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Conselho de Administração da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. São Paulo -SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes a ausência de reconhecimento contábil de despesa de encargos sociais descritos na nota 2.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 30 de março de 2021. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2021, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.3 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2020.

Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Empresa referentes ao exercício de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2020 tomadas em conjunto.



Respo2nsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Anderson P. Constantino Contador CRC-1SP190451/O-5

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, 2020 E 1o. JANEIRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
								(Reapre	sentado)
ATIVO CIRCULANTE		30.133	85.992	48.093	PASSIVO CIRCULANTE		21.544	34.095	10.882
Disponível	7	4.597	29.036	31.548	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		12.498	26.038	6.382
Realizável		25.536	56.956	16.545	Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.328	1.490	1.141
Aplicações Financeiras	8	6.437	6.212	5.306	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	14	6.267	4.998	4.937
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	7.262	25.257	5.363	Débitos de Operações de Administração de Benefícios		4.903	824	304
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	9	7.262	5.386	5.363	Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.b).ii	-	18.726	
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde		-	19.871	-	Provisão para IR e CSLL		1.172	2.001	2.151
Créditos Tributários e Previdenciários		4.828	183	276	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		420	576	382
Bens e Títulos a Receber	10	7.009	25.304	5.571	Débitos Diversos	15	7.454	5.480	1.967
Despesas Antecipadas		-	-	29					
					PASSIVO NÃO CIRCULANTE		19.527	1.902	1.408
					Débitos Diversos	15	16.867	-	
					Provisões		2.660	1.902	1.408
ATIVO NÃO CIRCULANTE		66.532	13.144	4.116	Provisões para Tributos Diferidos		174	-	
Realizável a Longo Prazo		34.128	3.472	125	Provisões para Ações Judiciais	16	2.486	1.902	1.408
Créditos Tributários e Previdenciários	12	3.109	3.227	-					
Depósitos Judiciais e Fiscais		357	245	125	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		55.594	63.139	39.919
Bens e Títulos a Receber	10	30.662	-	-	Capital Social	17	39.002	39.002	38.53
Imobilizado		2	4	7	Reserva de Capital		2.895	2.486	
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		2	4	7	Reservas de Lucro		13.697	21.651	1.381
Intangível	13	32.402	9.668	3.984					
TOTAL DO ATIVO		96.665	99.136	52.209	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		96.665	99.136	52.209

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
	Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		63.358	65.486
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		67.821	70.130
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.463)	(4.644)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(41.045)	(27.223)
Outras Receitas Operacionais		494	131
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(41.419)	(27.331)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	18	(21.363)	(15.429)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(20.056)	(11.902)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(120)	(23)
RESULTADO BRUTO		22.313	38.263
Despesas Administrativas	19	(18.281)	(10.068)
Despesas de Comercialização		(5)	-
Resultado Financeiro Líquido	20	(3.462)	(2.858)
Receitas Financeiras	20	3.218	2.789
Despesas Financeiras	20	(6.680)	(5.647)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		565	25.337
Imposto de Renda	21	(1.357)	(6.041)
Contribuição Social	21	(497)	(2.189)
Impostos Diferidos	21	(291)	3.227
Participações sobre o Lucro		(14)	(64)
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.594)	20.270

documento foi assinado digitalmente por Magnus Monteiro De Oliveira Junior. I verificar as assinaturas vá ao site https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 95A0-16DF-A0E9-E5A2.

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(1.594)	20.270
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(1.594)	20.270

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Lucro/(Prejuizos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (ANTERIORMENTE APRESENTADO)		38.538	115	1.319	-	-	39.972
Ajustes de Exercícios Anteriores - despesas de encargos sociais	2.3		_	(53)		-	(53)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (REAPRESENTADO)		38.538	115	1.266	-	-	39.919
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2020 (REAPRESENTADO)		38.538	115	1.266	-	-	39.919
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.270	20.270
Aumento de Capital	17	464	-	-	-	-	464
Ágio na Emissão de Cotas					2.486		2.486
Constituição de reserva legal		-	1.014	-	-	(1.014)	-
Dividendo adicional proposto	17	-	-	19.256	-	(19.256)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (REAPFRESENTADO)		39.002	1.129	20.522	2.486	-	63.139
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	(1.594)	(1.594)
Distribuição de Lucros		-	-	(6.360)	-	-	(6.360)
Ágio na Emissão de Cotas	17	-	-	-	409	-	409
Absorção de Prejuízo com Reserva de Lucros	17	-	-	(1.594)	-	1.594	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		39.002	1.129	12.568	2.895	-	55.594

	Nota Explicativa	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de planos de saúde		610.824	473.030
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		641	861
(+) Outros Recebimentos Operacionais		47.020	244
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(566.449)	(437.949)
(-) Pagamentos de Pessoal		(1.929)	(1.616)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(683)	(926)
(-) Pagamentos de Tributos		(11.797)	(12.463)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis / Trabalhistas / Tributárias)		-	(120)
(-) Pagamentos de Aluguel		(111)	(190)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(143)	(240)
(-) Aplicações Financeiras		(251)	(1.028)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(63.093)	(18.176)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		14.029	1.427
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (-) Pagamentos relativos ao ativo intangível (-) Outros pagamentos das atividades de investimento		(32.108)	(3.939)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(32.378)	(3.939)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(6.090)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(6.090)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		(24.439)	(2.512)
	-	20.026	24.540
Caixa - saldo inicial	7	29.036	31.548
Caixa - saldo final	7	4.597	29.036
Ativos livres no início do ano (*)	7	29.036	31.548
Ativos livres no fim do ano (*)	7	4.597	29.036
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSO	S LIVRES	(24.439)	(2.512)

^(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).



CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto operacional

A Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Clube de Saúde" ou "Empresa"), é uma Sociedade Limitada, constituída em 7 de outubro de 2013, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp"), cujo objeto social é atuar como "administradora de benefícios", conforme as Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da Agência de Saúde Suplementar ("ANS"), sem a assunção do risco da operação, atuando ou não como estipulante na contratação coletiva de planos, representando e prestando serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde, coletivos, participantes e beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológico, que tenham aderido à contratos coletivos. A autorização de funcionamento está registrada sob o nº 419.290.

As operações são conduzidas pela Empresa através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional.

b) Principais eventos ocorridos em 2021

i. Transferência de Controle

Em 1 de outubro de 2021, 98,81% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Essa transferência faz parte da reestruturação societária realizada no Grupo Qualicorp.

ii. Reversão da suspensão de reajustes de planos de saúde

Em 21 de agosto de 2020, na 16ª Reunião Extraordinária de Diretoria Colegiada, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu suspender, por 120 dias, a aplicação de reajustes anuais e por faixa etária aos contratos de planos de saúde, compreendendo o período de setembro a dezembro de 2020. Em 8 de outubro de 2020, a ANS publicou instruções para suas reguladas, solicitando a contabilização por competência de todos os efeitos sobre a suspensão do reajuste anual e por faixa etária para os meses de setembro a dezembro de 2020, que definido pela ANS foram cobrados dos beneficiários ao longo de 2021.

Adicionalmente, em julho de 2020, por deliberalidade da Clube de Saúde, os reajustes anuais e por faixa etária haviam sido postergados para outubro de 2020, mas com a deliberação da ANS, também foram cobrados dos beneficiários ao longo de 2021, e por consequência também foram tratados como se suspendido fosse.

Essas medidas de suspensão de aplicação de reajustes por variação de custos (anual) e por mudança de faixa etária que foram definidas pela ANS refletiram em impactos para a Clube de Saúde, onde convém destacar que todos esses efeitos estão refletidos nas demonstrações financeiras de 2020 através de provisão e foram estornados ao longo de 2021, uma vez que os reajustes foram cobrados dos beneficiários ao longo do exercício de 2021. Os saldos provisionados no exercício de 2020 e estornados no exercício de 2021 estão compostos como segue:



	31/12/2020
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde	21.891
Outros Débitos de Operações de Administração de	
Benefícios	18.726
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	2.955
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à	
Saúde	203
Provisão para Perdas Sobre Créditos	2.020

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 435.

Através da RN 435 de 23 de novembro de 2018, a ANS havia sustentado a posição de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar os Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 1° de janeiro de 2019.

Adicionalmente, através da RN 472 de 29 de setembro de 2021, a ANS aprovou a adoção do Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018 e o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019 para serem adotados a partir de 1º de janeiro de 2022.

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 e de não adotar a partir de 1º de janeiro de 2019, devem ser adotados a partir de 1º de janeiro de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional da Saúde compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Para elaboração das notas explicativas, a premissa utilizada pela Administração é a de divulgar os valores superiores a 10% do subgrupo a qual pertence, salvo se julgar necessário relatar informações relevantes, não contempladas nesta premissa.

2.3 Reapresentação por ajustes

Ausência de reconhecimento contábil de despesa de encargos sociais



Em 2021 a empresa identificou ausência de reconhecimento de despesas de encargos sociais que deveriam estar registradas até o final do exercício de 2018. Os ajustes não impactam as demonstrações de resultado e de fluxos de caixa da Empresa. Em virtude desta ação, houve reconhecimento de ajuste em exercícios anteriores conforme segue:

Balanço Patrimonial	01/01/2020	Ajuste	01/01/2020
Débitos Diversos	1.914	53	1.967
Patrimônio Líquido	39.972	(53)	39.919

Balanço Patrimonial	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
D(1): D'	F 407	F2	F 400
Débitos Diversos	5.427	53	5.480
Patrimônio Líquido	63.192	(53)	63.139

3 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas foram as seguintes:

Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa passou a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é



determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Ativos financeiros classificados na categoria de empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas, se aplicável.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Outros passivos financeiros".

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando são liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

II. Disponível, aplicações financeiras de liquidez imediata e aplicações financeiras

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento não exclusivos dedicados à ANS como ativo garantidor e aplicações financeiras não consideradas como de liquidação imediata.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+"no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

III. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada



de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

IV. Provisão para perdas sobre créditos

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

V. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

VI. Intangível

Está representado principalmente: (i) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; (ii) acordo de não competição; e (iii) pelas licenças de softwares e softwares em uso, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

VII. Redução ao valor recuperável do ativo (Impairment)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.



Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

VIII. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. A principal receita é a Receita de taxa de administração, taxa essa que corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

IX. Benefícios a Empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesa conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

X. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

XI. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

4 Principais Estimativas e Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.





Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Empresa adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Entidade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos. O desempenho histórico está atrelado aos processos ativos x pagamentos utilizados, que pode de forma sazonal, aumentar ou diminuir a provisão. Caso a variação fosse de 10% teria um acréscimo ou redução na provisão no valor de R\$167.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2021, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue:

Créditos de operações de administração de benefícios e demais ativos e passivos financeiros

Estima-se que os valores contábeis dos créditos de operações de administração de benefícios, títulos e créditos a receber, e das contas a pagar (contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios, débitos de operações de administração de benefícios e débitos diversos) estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo para a realização dessas operações.



31/12/2020

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	-	25.694
Aplicações financeiras	-	6.437	-	6.212
Créditos de operações de administração de benefícios	7.262	-	25.257	-
Bens e títulos a receber - ativo circulante e não circulante	37.671	-	25.304	-
Depósitos judiciais e fiscais - ativo não circulante	357	-	245	_
Passivos financeiros:				
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	-	-	18.726	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	6.267	-	4.998	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.328	-	1.490	-
Débitos de operações de administração de benefícios	4.903	-	824	-
Débitos diversos – circulante	24.321	-	5.480	_

31/12/2021

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.



	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 1	Nível 1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	25.694
Aplicações financeiras	6.437	6.212

Durante o exercício não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Clube de Saúde adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 3. iv.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

A Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	-	25.694
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo circulante	8	6.437	6.212
Total superávit líquido			6.437	31.906

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº8.



Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível.

Em 31 de dezembro de 2021, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$80 (R\$106 em 2020).

Risco de capital

A Clube de Saúde administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Capital base

Regulamentado pela RN451, estabelece uma regra de capital que define um montante fixo a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS (R\$9.727) pelo fator K (17,24%), que por sua vez é determinado pelo segmento e região de atuação da operadora.

Em 31 de dezembro de 2021 o capital base calculado é de R\$1.677 (R\$1.548 em 2020), estando em conformidade com a norma vigente.

Patrimônio Líquido Ajustado

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras e ajustado por efeitos econômicos regulamentados na RN 451 de março de 2020.

Conforme exposto no art.10 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que as operadoras deverão observar, a qualquer momento, em relação as regras de capital regulamentadas nesta RN.

Quanto a sua apuração, deve-se observar três importantes pontos:

- i. A operadora deverá possuir seu PLA, a qualquer tempo, equivalente ou superior ao capital regulatório;
- ii. A segunda observação, é que até 2022, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e a margem de solvência, hoje não aplicado para administradoras;
- iii. A partir de 2023, com exceção das autogestões, o capital regulatório será o maior valor entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2021 o PLA calculado é de R\$23.192 (R\$53.471 em 2020), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos



assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Descrição	Menos de seis meses R\$
Débitos diversos - circulante	24.321
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	6.267
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.328
Débitos de operações de administração de benefícios	4.903
Total	36.819

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

As seguintes normas foram emitidas pelo CPC e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 (CPC 47, CPC 48 e ICPC 21) e 1º de janeiro de 2019 (CPC 06 (R1) e ICPC 22), mas não foram adotadas, pois não houve aprovação da ANS (Agência Nacional de Saúde):

 i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração – Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2023 conforme RN 472/21.

Essa norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Na avaliação realizada, a Empresa entende que o impacto dessa norma será:

- a) Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado";
- b) Com relação ao novo modelo de *impairment*, a Empresa entende que a perda deverá ser reconhecida por estimativa, onde até as análises mais recentes não são esperados impactos relevantes pela mudança de modelo para a provisão para perdas sobre créditos referente a porção por redução ao valor recuperável de contas a receber, que atualmente é feita com base nos valores dos créditos vencidos, após 90 dias, considerando o histórico de "perdas incorridas" e que passará a ser provisionada em função do reconhecimento das "perdas de crédito esperadas", no mesmo momento do registro do respectivo faturamento. Vide impactos no item 6.e).
- ii) CPC 47 Receita de contrato com clientes Mensuração e Reconhecimento Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o CPC 17 - "Contratos de Construção" e CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Empresa estuda e revisa potenciais impactos e a Administração entende que não há impactos significativos pela adoção dessa norma.



iii) CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Mensuração e Reconhecimento - Aprovação da ANS para aplicação em 1º de janeiro de 2022 conforme RN 472/21.

Com essa norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Na avaliação realizada, os impactos da adoção desta norma estão destacados a seguir:

- Passivo de Arrendamento Reconhecer em passivo o montante do compromisso assumido com o contrato. Este valor, será ajustado a valor presente utilizando a taxa de desconto implícita no contrato (se houver) ou que forneça uma realidade econômica para o contrato.
- **Ativo Imobilizado** As contraprestações dos contratos de arrendamentos, atualmente reconhecidos como despesas, serão registradas como ativo imobilizado/intangível na data de aplicação inicial ou quando houver novo contrato de arrendamento, no montante equivalente ao passivo de arrendamento e serão depreciadas/amortizadas durante a vigência do contrato.
- **Patrimônio líquido** Os montantes reconhecidos em decorrência das normas pré CPC 06-(R2) devem ser baixados e reconhecidos no PL, assim como os resultados atribuídos as novas formas de contabilização.
- **Despesa Financeira** Os montantes reconhecidos em passivo, serão atualizados utilizando a mesma taxa de AVP, gerando despesa financeira.
- **Resultado Líquido** As despesas geradas pelo novo método de contabilização serão maiores no início do contrato e decrescem até o término, em virtude da atualização monetária do passivo. Embora exista a diferença temporal, ao longo da vida útil os efeitos em resultados serão iguais aos que ocorreriam sem o CPC 06 (R2), mas o impacto será em linhas diferentes da demonstração de resultado.

iv) Impactos da adoção das normas contábeis

Caso as normas fossem aprovadas pela agência reguladora, teríamos os seguintes ajustes nas demonstrações da Empresa:

Balanço Patrimonial	2021	2020
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(2.504)	(2.680)
Créditos tributários e previdenciários	873	946
Imobilizado	129	302
Intangível	4	-
Ativo	(1.498)	(1.432)
Empréstimos e financiamentos (circulante)	103	160
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	40	208
Provisões para tributos diferidos	(1.171)	(1.171)
Patrimônio líquido	(470)	(629)
Passivo e patrimônio líquido	(1.498)	(1.432)
Demonstração do Resultado	2021	2020
Provisão para perdas sobre créditos	123	766
Despesas administrativas	138	40
Resultado Financeiro	(21)	(50)
Impostos diferidos	(81)	926
Lucro líquido	159	1.682



v) Normas emitidas que não estão em vigor

• CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17) – Este pronunciamento virá substituir a norma vigente sobre Contratos de Seguros (CPC 11), cujo objetivo é assegurar que uma entidade represente a essência desses contratos de forma fidedigna. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. A adoção está prevista para 1 de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando as tratativas e realizará estudo para avaliar potenciais impactos pela adoção desta norma.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa.

7 Disponível

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta depósito - movimento – país	4.597	3.342
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	-	10.196
Operações compromissadas	-	15.498
Total	4.597	29.036

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento ANS (*)	6.437	6.212
Total	6.437	6.212

(*) Trata-se de aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Instrução Normativa nº 33, de 5 de outubro de 2009 da ANS. O valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos.

9 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência	7.262	5.386
Outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	21.891
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (a)	-	(2.020)
Total	7.262	25.257

Em decorrência da pandemia causada pelo COVID-19 foi avaliado e suspenso o reajuste anual de planos de saúde pela Agência Nacional de Saúde (ANS) que determinou, através do comunicado n° 85 de 8 de outubro de 2020, o tratamento contábil das contraprestações a receber do período de setembro a dezembro de 2020, onde a Empresa reconheceu de acordo com a competência os seus valores a receber e a perda esperada, que foram



efetivados e cobrados ao longo de 2021 conforme determinou a ANS.

Cronograma de Vencimentos - Aging List

Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas. O resumo por idade de prêmios a repassar é:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	543	22.750
Vencidos:		
Até 30 dias	4.603	3.412
De 31 a 60 dias	2.116	1.113
Acima de 60 dias	-	2
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	-	(2.020)
Total	7.262	25.257

Provisão para perdas sobre créditos - Resultado

	31/12/2021 3	1/12/2020
Provisão para Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	2.020	(2.020)
Perdas Efetivas (c)	(22.076)	(9.882)
Saldo no fim do exercício	(20.056)	(11.902)

- b) A Empresa efetuou em 2020 o reconhecimento da perda esperada com base na provisão das contraprestações registradas no ativo sobre a suspensão do reajuste, sendo que ao longo de 2021 os valores foram revertidos conforme efetivação (vide nota explicativa n° 1 b ii).
- c) O aumento significativo é reflexo do reajuste suspenso, conforme abordado na nota explicativa n° 1. b ii).

10 Bens e Títulos a Receber

<u>Circulante</u>	31/12/2021	31/12/2020
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	6.815	23.677
Outros	194	1.627
Total do Circulante	7.009	25.304
Não Circulante	31/12/2021	31/12/2020
Não Circulante Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	31/12/2021 30.662	31/12/2020
		31/12/2020
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	30.662	31/12/2020

a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa. Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano ao resultado, onde para esses saldos atuais não há risco de



perda em 31 de dezembro de 2021.

11 Partes Relacionadas

	31/12/2021		31/12	/2020
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações Intercompany (i)	1.472	2.028	3	2.708
Operações de mútuo (ii)	-	16.867	-	-

- i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- ii) Refere-se a contrato de mútuo realizado com a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

A Empresa possui transações com partes relacionadas referente às atividades de "back office" para atendimento às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas do Grupo:

	31/12/2021			31/12/2020	
	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	CRC Connectmed
Serviços corporativos e rateios (i)	(3.632)	3.632	(3.212)	3.203	9

i) O grupo de despesas administrativas concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp, realizada substancialmente por Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

Quanto a pessoal chave da administração, a Empresa não possui despesas de remuneração de administradores em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

12 Créditos tributários e previdenciários – ativo não circulante

Conforme o pronunciamento técnico CPC 32, segue a composição:

	Clube	
	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (a)	3.109	3.227
Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos	3.109	3.227

a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros.



Composição do imposto de renda e da contribuição social – ativo

<u>Item</u>	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para devedores duvidosos e baixa de		
valores incobráveis - valor de curto prazo	1.135	1.706
Provisão sobre Reajuste	-	687
Prov. para riscos - parcela relativa a empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação lucro		
real	863	647
Outras provisões	1.111	187
Total dos créditos tributários contabilizados	3.109	3.227

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

	Clube	e
<u>Ano</u>	31/12/2021	31/12/2020
2021	-	3.227
2022	3.109	-
Total	3.109	3.227

O valor presente do total dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é de R\$2.855 para a Empresa, calculado pela taxa SELIC, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

13 Intangível

		31/12/2021			31/12/2020		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização Acumulada	Saldo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo
Aquisições de cessão de direitos segmento Afinidades (a)	13	53.146	(21.837)	31.309	23.045	(15.915)	7.130
Acordo de não competição	20	7.198	(6.118)	1.080	7.198	(4.679)	2.519
Softwares em uso	20	29	(16)	13	29	(10)	19
Total		60.373	(27.971)	32.402	30.27 2	(20.604)	9.668

	Saldo 31/12/2020	Adição	Depreciação	Saldo 31/12/2021
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades (a)	7.130	30.101	(5.922)	31.309
Acordo de não competição	2.519	-	(1.439)	1.080
Softwares em uso	19	-	(6)	13
Total	9.668	30.101	(7.367)	32.402



- a) Tais aquisições referem-se aos seguintes contratos:
- i) Contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Clube de Saúde com a Muito Mais Saúde Administradora de Benefícios ("MMS") e Soma Corretora de Seguros Ltda. ("Soma Corretora), celebrado em 5 de fevereiro de 2021 no montante R\$28.664 e que será amortizado pelo período de 60 meses, o qual coincide com o prazo de vigência do contrato; e
- ii) Contrato de cessão e transferência de direitos e obrigações e outras avenças entre a Clube de Saúde com a Divicom Administradora de Benefícios e Divicom Corretora de Seguros Ltda., celebrado em 6 de maio de 2021 no montante R\$1.027. O mesmo será amortizado pelo período de 60 meses, o qual também coincide com o prazo de vigência do contrato.

14 Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	6.262	4.993
Antecipações de taxa de administração (b)	5	5
Total	6.267	4.998

- a) Referem-se e a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde.
 O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas.
 Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de janeiro de 2022.
- b) Referem-se à taxa de administração recebida antecipadamente dos beneficiários e apropriada em receita no mês da competência.

15 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2021	31/12/2020
Honorários Advocatícios	2.666	-
Reembolso de despesas a pagar (a)	2.028	2.708
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (b)	1.581	448
Devolução a Beneficiários (c)	851	-
Aquisição de intangível a pagar	-	1.991
Outros	328	333
Total do Circulante	7.454	5.480
Não Circulante:	31/12/2021	31/12/2020
Operações de mútuo (a)	16.867	-
Total do Não Circulante	16.867	-
Total Geral	24.321	5.480

- a) Referem-se a saldo de transações com empresas ligadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11.
- b) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.



c) Variação referente devolução de beneficiários.

16 Provisões Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2019	Adições	Reversões	31/12/2020	Adições	Reversões	31/12/2021
Cíveis (a)	393	920	(206)	1.107	584	(16)	1.675
Regulatório - ANS (b)	1.015	494	(761)	748	226	(175)	799
Trabalhistas e previdenciárias (c)	-	47	-	47	18	(53)	12
Total	1.408	1.461	(967)	1.902	828	(244)	2.486

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2021:

- a) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.675 (R\$1.107 em 2020), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$1.243 (R\$1.038 em 2020) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) pedidos de autorização para procedimentos médicos e/ou fornecimento de medicamentos em decorrência de ausência de previsão no rol de procedimentos autorizados pela ANS, carência, tratamentos experimentais, acompanhados de pedidos indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (ii) ações e cobrança de prestadores médicos referente a glosas de faturamento; (iii) encerramentos de contrato que ensejam pedidos de restabelecimento de plano, acompanhados de pedido indenizatórios por danos morais e/ou materiais; (iv) alegações de erros médicos que ensejam pedidos de indenização por danos moral e material.
- b) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 799 (R\$748 em 2020) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e de R\$170 (R\$375 em 2020) avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões. A principal variação ocorreu devido a reversão de provisão de processos que estavam provisionados e foram pagos no exercício.
- c) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$12 (R\$47 em 2020). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

17 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Empresa é de R\$39.002 (mesmo montante de 2020), representado por quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) onde a participação dos quotistas da Empresa é a seguinte:

Acionistas	31/12/2021 (Quotas)	31/12/2020 (Quotas)
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (*)	38.538.000	-
Antônio Carlos Braga dos Santos	464.125	464.125
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (*)	-	38.538.000
Total	39.002.125	39.002.125



(*) Transferência de controle após reorganização societária do Grupo Qualicorp, conforme nota explicativa 1 b) i).

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor da reserva legal é de R\$1.129, haja vista que a empresa utilizou reserva de lucro para absorver prejuízo apurado no período no valor de R\$1.594.

Reserva de capital

Durante o exercício foi constituída reserva de capital no montante de R\$409 referente ágio na emissão de quotas, decorrente de revisão do valor justo da carteira de clientes advinda da aquisição de cessão de direitos e obrigações e outras avenças da Health Administradora de Benefícios em 2020.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório. Entretanto, a empresa não destinará o resultado do ano por conta do prejuízo apurado no período.

18 Outras Despesas de operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ganhos (Perdas) operacionais (a)	(11.992)	(653)
Repasses financeiros de contratos de adesão (b)	(5.648)	(5.138)
Prejuízo na boletagem (c)	(2.174)	(8.586)
Provisão (reversão) de provisões para riscos	(619)	(447)
Outras despesas	(930)	(605)
Total	(21.363)	(15.429)

- a) Trata-se de diferenças temporárias com seguradoras/operadoras derivadas do gerenciamento financeiro entre a relação de beneficiários constantes nos sistemas internos da Companhia e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar.
- b) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridas nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.
- c) Refere-se a prejuízo nas operações de administração de planos, onde beneficiários adquiriram planos contratados com benefícios que são assumidos pela Empresa.
- (*) Para melhor comparabilidade, alguns saldos que compõe a nota explicativa de 2020 foram reclassificadas, sem alterar a posição patrimonial ou resultado do exercício.



19 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com pessoal	(4.681)	(4.273)
Depreciações e amortizações (a)	(7.371)	(1.694)
Auto de infração	(371)	(1.498)
Gastos com localização e funcionamento	(963)	(984)
Gastos com serviços de terceiros (b)	(3.670)	(812)
Outras despesas administrativas	(1.225)	(807)
Total	(18.281)	(10.068)

- a) Variação referente aquisições ocorridas ao longo de 2021. Ver nota explicativa n° 13 (Intangível) para maiores detalhes.
- b) Variação refere-se substancialmente à Honorários Advocatícios.

20 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	
Receitas financeiras:			
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	1.911	1.734	
Atualização monetária sobre acordo com operadoras	512	-	
Rendimentos com aplicações financeiras	795	1.055	
Total de receitas financeiras	3.218	2.789	
Despesas financeiras:			
Despesas Bancárias	(5.920)	(5.377)	
Descontos concedidos	(634)	(218)	
Outras despesas	(126)	(52)	
Total de despesas financeiras	(6.680)	(5.647)	
Resultado financeiro	(3.462)	(2.858)	

a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.





21 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	551	25.273
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(187)	(8.593)
Perdas com Créditos Incobráveis	(2.199)	-
PAT em Dobro	40	-
Mútuo	193	-
Constituição de diferido (*)	-	3.826
Outros	8	(236)
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(2.145)	(5.003)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	389,29%	19,80%

Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros. Para maiores detalhes ver nota explicativa 12.

22 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa possui o seguinte compromisso relevante:

a) Contrato de locação de seu escritório: compromisso já assumido para o exercício social de 2022 em R\$108 (não auditados) e para o exercício social de 2023 em R\$45 (não auditados).

As despesas incorridas com esses contratos no exercício social de 2021 foram de R\$111 (R\$178 em 2020).



23 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social e após		
participações	551	25.273
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	7.369	1.694
Provisão de Reajuste	731	(731)
Receitas/Despesas financeiras	-	122
Provisão (reversão) para riscos	758	494
	9.409	26.852
Variação dos ativos e passivos operacionais:		
Redução (aumento) de Créditos de operações de administração de benefícios	(1.876)	(23)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	4.483	(209)
Redução (aumento) de Débitos de operações de administração de benefícios	4.079	520
Aumento (redução) de Contraprestações / Prêmios a restituir	41	146
Redução (aumento) de Bens e títulos a receber	(12.367)	(19.733)
Redução (aumento) de Despesas antecipadas	-	29
Redução (aumento) de débitos diversos	21.257	2.607
Aumento (redução) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	1.269	537
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(4.818)	61
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(112)	(144)
Redução (aumento) de aplicações financeiras	(225)	(1.028)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	21.140	9.615
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.111)	(8.188)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	14.029	1.427

24 COVID-19

O segundo ano de pandemia (2021) no Brasil foi marcado por uma acentuada segunda onda de contaminações e pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2, onde à medida que a pandemia de Covid-19 evolui os governos estão implementando medidas adicionais para enfrentar os problemas de saúde pública resultantes e o impacto econômico.

Sendo assim a Clube de Saúde decidiu manter toda sua Operação em *home office* primando pela segurança de seus colaboradores. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Para o ano de 2022 a previsão é continuar atuando de forma remota, até que seja possível decidir pelo retorno em segurança e por meio de um modelo híbrido, para que os nossos colaboradores continuem trabalhando de suas casas pelo menos três vezes por semana.

Já em relação à Suspensão do Reajuste, no tocante aos impactos contábeis, maiores detalhes podem ser obtidos nas notas explicativas nº 1b) ii. e nº 9.



25 Eventos Subsequentes

Em 8 de fevereiro de 2022, a Clube de Saúde e seus sócios Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. e o Sr. Antônio Carlos Braga dos Santos, realizaram uma reunião, em que fora aprovado o aumento do capital social da Empresa no montante de 6.131 novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, em moeda corrente nacional, de forma proporcional à participação dos Sócios no Capital Social da Sociedade. Dessa forma, a composição dos respectivos quotistas passará a ser a seguinte:

Acionistas	31/12/2021
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	44.596.041
Antônio Carlos Braga dos Santos	537.084
Total	45.133.125

26 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 29 de março de 2022 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2021, quando aplicável.

A DIRETORIA

Ε

Contador: Magnus Monteiro de Oliveira Junior - CRC. 1SP219254/O



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/95A0-16DF-A0E9-E5A2 ou vá até o site https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 95A0-16DF-A0E9-E5A2



Hash do Documento

A37A60D6C604C5F1F783E1DCB72EADA66390B456DFF5C71317A29B5622F79514

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/03/2022 é(são) :

✓ Magnus Monteiro De Oliveira Junior (Signatário - Clube de Saúde Administradora de Benefícios S.A.) - 251.***.***-08 em 30/03/2022 17:42 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

